



CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES-PR

PREFEITURA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES -
PARANÁ

Agente De Apoio Educacional

EDITAL Nº 01.001/2025

CÓD: SL-010MR-25
7908403570485

Língua Portuguesa

| | |
|---|----|
| 1. Compreensão e interpretação de texto | 7 |
| 2. A organização textual dos vários modos de organização discursiva | 10 |
| 3. Coerência e coesão | 12 |
| 4. Ortografia..... | 14 |
| 5. Classe, estrutura, formação e significação de vocábulos | 16 |
| 6. Derivação e composição | 22 |
| 7. A oração e seus termos..... | 24 |
| 8. A estruturação do período..... | 29 |
| 9. As classes de palavras: aspectos morfológicos, sintáticos e estilísticos | 30 |
| 10. Preposição | 31 |
| 11. Linguagem figurada | 39 |
| 12. Pontuação | 40 |
| 13. Discurso direto, indireto e indireto livre | 46 |

Matemática

| | |
|---|----|
| 1. Conjunto r: operações e problemas..... | 53 |
| 2. Razões e proporções. Divisão em partes proporcionais | 55 |
| 3. Regras de três simples | 58 |
| 4. Porcentagem. Juros simples e composto..... | 59 |
| 5. Sistema legal de medidas..... | 62 |
| 6. Equações de 1º e 2º graus: resolução e problemas..... | 66 |
| 7. Funções: análise de gráficos. Funções do 1º grau..... | 68 |
| 8. Áreas e volumes..... | 71 |
| 9. Progressões: aritmética e geométrica | 75 |
| 10. Análise combinatória simples | 77 |
| 11. Probabilidade: problemas simples e probabilidades finitas | 80 |

Conhecimentos Gerais

| | |
|--|-----|
| 1. História, turismo e geografia em nível municipal e nacional; desenvolvimento urbano brasileiro; acontecimentos históricos, evolução, cultura turismo e geografia do município e do país, sua subdivisão e/ou fronteiras história, cultura, turismo e geografia em nível nacional..... | 87 |
| 2. Noções gerais sobre a vida econômica, social, política, tecnológica, segurança e ecologia com as diversas áreas correlatas do conhecimento juntamente com suas vinculações históricas e geográficas em nível nacional..... | 111 |
| 3. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea em nível mundial | 116 |
| 4. Cultura e sociedade brasileira: artes, cinema, jornais, revistas, televisão, música, teatro | 120 |

Conhecimentos Específicos

Agente De Apoio Educacional

| | |
|---|-----|
| 1. As políticas nacionais para a educação infantil | 125 |
| 2. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil (resolução nº 1 de 7 de abril de 1999 da câmara de educação básica do conselho nacional de educação) | 130 |
| 3. Educação infantil - (creche e pré-escola) - seus conceitos | 131 |
| 4. Concepção de cuidar e educar | 134 |
| 5. Noções de higiene; nutrição; primeiros socorros; prevenção de doenças mais comuns; saúde oral e segurança ambiental | 137 |
| 6. Organização dos espaços e do tempo: planejamento das atividades diárias e da recreação | 142 |
| 7. A relação entre o brincar e o processo de desenvolvimento e a aprendizagem da criança | 147 |
| 8. Práticas promotoras de inclusão escolar e igualdade racial na educação infantil | 148 |
| 9. Legislação do município de capitão leonidas marques: lei orgânica, estatuto dos servidores (quadro geral e magistério), plano de cargos e salários e regimento interno da câmara municipal | 154 |

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

► Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

– **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

– **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de

conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

– **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

– **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.

– **Formas e símbolos**: Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.

– **Gestos e expressões**: Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

– **Conhecimento prévio**: Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

– **Contexto**: O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

– **Objetivos da leitura**: O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

Compreensão como Base para a Interpretação

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

Em síntese, a compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

Textos Verbais e Não-Verbais

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

Textos Verbais

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

Textos Não-Verbais

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

Essa integração de elementos verbais e não-verbais é amplamente utilizada para aumentar a eficácia da comunicação, tornando a mensagem mais atraente e de fácil entendimento. Nos textos multimodais, como nos sites e nas redes sociais, essa combinação é ainda mais evidente, visto que o público interage simultaneamente com palavras, imagens e vídeos, criando uma experiência comunicativa rica e diversificada.

Importância da Decodificação dos Dois Tipos de Texto

Para que a comunicação seja bem-sucedida, é essencial que o leitor ou observador saiba decodificar tanto os textos verbais quanto os não-verbais. Nos textos verbais, a habilidade de compreender palavras, estruturas e contextos é crucial. Já nos textos não-verbais, é fundamental interpretar corretamente os símbolos, gestos e elementos visuais, compreendendo suas nuances culturais e suas intenções comunicativas.

Dominar a interpretação de ambos os tipos de texto permite ao leitor um olhar mais completo sobre o conteúdo, ampliando suas capacidades de análise crítica e facilitando a compreensão em diversas situações, como na leitura de livros, no consumo de mídias digitais ou mesmo na interpretação de artes visuais e sinalizações.

► Dicas Práticas para Compreensão e Interpretação

Compreender e interpretar textos com precisão requer uma série de habilidades e estratégias que facilitam a decodificação e a análise crítica das informações. A seguir, apresentamos algumas dicas práticas que podem auxiliar no aprimoramento dessas competências, especialmente para estudantes que enfrentam provas e concursos.

Resuma o Texto

Uma das formas mais eficazes de garantir que você compreendeu o texto é fazer um resumo. Ao final de cada parágrafo ou seção, tente sintetizar a ideia principal em poucas palavras ou frases. Esse exercício ajuda a identificar o tema central e os argumentos chave do autor, além de facilitar a organização das ideias.

Exemplo: Ao ler um artigo sobre meio ambiente, anote os pontos principais, como causas do desmatamento, consequências para a biodiversidade e possíveis soluções.

Utilize Dicionários e Ferramentas de Busca

Durante a leitura, é comum se deparar com palavras desconhecidas ou expressões que dificultam o entendimento. Mantenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto para consultar o significado de termos difíceis. Esse hábito melhora o vocabulário e contribui para uma leitura mais fluida.

Dica: Hoje, diversas ferramentas digitais, como aplicativos de dicionário e tradutores online, permitem uma consulta rápida e eficiente.

Atente-se aos Detalhes

Informações como datas, nomes, locais e fontes citadas no texto são elementos importantes que ajudam a ancorar a argumentação do autor. Ficar atento a esses detalhes é crucial para a compreensão exata do texto e para responder corretamente a perguntas objetivas ou de múltipla escolha em provas.

- Exemplo: Em um texto sobre história, anotar as datas de eventos e os personagens envolvidos facilita a memorização e o entendimento cronológico.

Sublinhe Informações Importantes

Uma técnica prática para melhorar a compreensão é sublinhar ou destacar partes mais relevantes do texto. Isso permite que você se concentre nos pontos principais e nas ideias centrais, separando fatos de opiniões. A sublinhar frases que contêm dados concretos, você facilita a visualização e revisão posterior.

Dica: Se estiver estudando em materiais digitais, use ferramentas de marcação de texto para destacar trechos importantes e criar notas.

Perceba o Enunciado das Questões

Em provas de leitura, é comum encontrar questões que pedem compreensão ou interpretação do texto. Identificar a diferença entre esses dois tipos de pergunta é essencial:

Questões que esperam compreensão costumam vir com enunciados como “O autor afirma que...” ou “De acordo com o texto...”. Essas perguntas exigem que o leitor se atenha ao que está claramente exposto no texto.

Questões que esperam interpretação vêm com expressões como “Conclui-se que...” ou “O texto permite deduzir que...”. Essas perguntas exigem que o leitor vá além do que está escrito, inferindo significados com base no conteúdo e em seu próprio repertório.

Relacione o Texto com Seus Conhecimentos Prévios

A interpretação de um texto é profundamente influenciada pelo conhecimento prévio do leitor sobre o tema abordado. Portanto, ao ler, tente sempre relacionar as informações do texto com o que você já sabe. Isso ajuda a criar conexões mentais, tornando a interpretação mais rica e contextualizada.

Exemplo: Ao ler um texto sobre mudanças climáticas, considere suas próprias experiências e leituras anteriores sobre o tema para formular uma análise mais completa.

Identifique o Propósito do Autor

Outro aspecto importante na interpretação de textos é compreender a intenção do autor. Tente identificar o objetivo por trás do texto: o autor deseja informar, persuadir, argumentar, entreter? Essa identificação é essencial para interpretar corretamente o tom, a escolha das palavras e os argumentos apresentados.

Exemplo: Em uma crônica humorística, o autor pode utilizar ironia para criticar um comportamento social. Identificar esse tom permite uma interpretação mais precisa.

Releia o Texto Quando Necessário

A leitura atenta e pausada é fundamental, mas muitas vezes é necessário fazer uma segunda leitura para captar detalhes que passaram despercebidos na primeira. Ao reler, o leitor pode verificar a coesão e a coerência do texto, além de confirmar sua compreensão sobre os fatos e as ideias centrais.

Dica: Durante a releitura, tente focar em partes que parecem confusas inicialmente ou nas quais surgiram dúvidas.

Contextualize Figuras de Linguagem e Elementos Subjetivos

Muitos textos, especialmente os literários, utilizam figuras de linguagem (como metáforas, ironias e hipérboles) para enriquecer o conteúdo. Para interpretar esses recursos, é necessário compreender o contexto em que foram usados e o efeito que o autor deseja provocar no leitor.

Exemplo: Em uma poesia, uma metáfora pode estar presente para criar uma comparação implícita entre dois elementos, e a correta interpretação desse recurso enriquece a leitura.

Pratique Regularmente

Compreensão e interpretação são habilidades que se desenvolvem com a prática. Quanto mais textos você ler e analisar, maior será sua capacidade de decodificar informações e realizar inferências. Diversifique suas leituras, incluindo textos literários, científicos, jornalísticos e multimodais para ampliar sua gama de interpretação.

Essas dicas, quando aplicadas regularmente, ajudam a aprimorar tanto a compreensão quanto a interpretação de textos, desenvolvendo uma leitura crítica e atenta. Ao dominar essas técnicas, o leitor se torna mais apto a enfrentar desafios em provas e situações do cotidiano que exigem análise textual.

Dominar as habilidades de compreensão e interpretação de textos, tanto verbais quanto não-verbais, é essencial para uma comunicação eficaz e para o sucesso em avaliações acadêmicas e profissionais. A compreensão serve como a base para identificar e decodificar o conteúdo explícito de um texto, enquanto a interpretação exige uma análise mais profunda, onde o leitor emprega seus conhecimentos prévios e faz inferências subjetivas.

Com a aplicação de estratégias práticas, como o resumo de ideias, a consulta a dicionários, a atenção aos detalhes e a diferenciação entre fatos e opiniões, o leitor pode desenvolver uma leitura mais crítica e eficiente. Além disso, é importante reconhecer a intenção do autor e o tipo de questão que cada texto ou prova apresenta, a fim de adaptar sua abordagem à demanda específica, seja ela de compreensão ou interpretação.

Em última análise, compreender e interpretar textos é um processo contínuo que requer prática constante e atenção aos detalhes, permitindo ao leitor não apenas absorver informações, mas também refletir sobre elas e construir seu próprio entendimento do mundo ao seu redor. Essas competências, bem desenvolvidas, oferecem um diferencial em diversas áreas da vida pessoal e profissional.

A ORGANIZAÇÃO TEXTUAL DOS VÁRIOS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DISCURSIVA

As estruturas linguísticas e discursivas referem-se às diferentes formas como a linguagem é organizada para criar significado e comunicar ideias. Isso envolve o estudo de aspectos como sintaxe, morfologia, semântica, pragmática e textualidade.

O estudo das estruturas linguísticas/discursivas é fundamental para o desenvolvimento da habilidade de comunicação em língua portuguesa, bem como para a compreensão e produção de textos coerentes e coesos. Além disso, o conhecimento dessas estruturas permite o aprimoramento da leitura e interpretação de textos, tanto em nível acadêmico quanto profissional.

Ao estudar as estruturas linguísticas, é possível compreender como as palavras são organizadas em frases e orações para transmitir significado, como os diferentes elementos gramaticais se relacionam entre si e como o significado das palavras pode variar de acordo com o contexto.

Já o estudo das estruturas discursivas permite compreender como o discurso é organizado em níveis mais amplos, como parágrafos, capítulos e textos completos. Isso inclui a análise de elementos como coesão, coerência e progressão temática, que são essenciais para garantir a clareza e a efetividade da comunicação.

Portanto, o estudo das estruturas linguísticas/discursivas é fundamental para aprimorar a habilidade de comunicação em língua portuguesa, tanto na leitura quanto na escrita, e para garantir a produção de textos de qualidade em diversos contextos.

Algumas das mais importantes estruturas incluem sintaxe, morfologia, semântica, pragmática e textualidade.

► Sintaxe

A sintaxe é uma das áreas fundamentais do estudo da língua portuguesa e se refere à organização das palavras em frases e orações. Isso inclui a análise da relação entre sujeito e predicado, a colocação dos advérbios e adjetivos, ou seja, a ordem dos elementos na frase; entre outros aspectos.

No português, a ordem padrão dos elementos na frase é sujeito, verbo e complementos, mas essa ordem pode ser alterada para criar diferentes ênfases e efeitos de sentido. Além disso, a sintaxe também envolve a análise dos diferentes tipos de frases, como: afirmativas, negativas, interrogativas, entre outras.

A sintaxe também está relacionada ao estudo da concordância verbal e nominal, que envolve a adequação das palavras em relação ao gênero e número dos sujeitos e objetos. Por exemplo, em “A menina comeu a maçã”, o verbo “comeu” concorda em número com o sujeito “menina”, que está no singular.

Outro aspecto importante da sintaxe é a análise da regência verbal e nominal, que se refere às relações de dependência que existem entre os verbos e seus complementos. Por exemplo, em “Gosto de ler livros”, o verbo “gosto” exige a preposição “de” para introduzir o objeto indireto “ler livros”.

A organização das palavras em frases e orações. A sintaxe envolve a relação entre sujeito e predicado, a colocação dos advérbios e adjetivos, entre outros aspectos.

O estudo da sintaxe é fundamental para a compreensão da estrutura da língua portuguesa, permitindo que os falantes desenvolvam habilidades de leitura e escrita mais sofisticadas e eficazes.

► Morfologia

A morfologia, por sua vez, é uma área do estudo da língua portuguesa que se dedica a analisar as unidades mínimas que compõem as palavras e como essas unidades se combinam para formar diferentes formas e significados. Essas unidades mínimas são chamadas de morfemas.

Os morfemas podem ser classificados em diferentes tipos, como raízes, sufixos, prefixos, desinências, entre outros. A raiz é a parte da palavra que contém o seu significado básico, enquanto os sufixos e prefixos são adicionados à raiz para modificar o seu significado ou para criar novas palavras.

A morfologia também está relacionada à análise das diferentes classes de palavras, como substantivos, verbos, adjetivos, advérbios etc. Cada uma dessas classes de palavras tem suas próprias características morfológicas e sintáticas, o que permite ao falante utilizar a língua de forma eficiente e adequada em diferentes contextos.

Além disso, a morfologia também está relacionada à análise da flexão nominal e verbal, que se refere às modificações que as palavras sofrem para indicar gênero, número, pessoa, tempo, modo, entre outras características. Por exemplo, em “o menino correu”, o verbo “correu” está no passado e concorda em número com o sujeito “menino”, que está no singular.

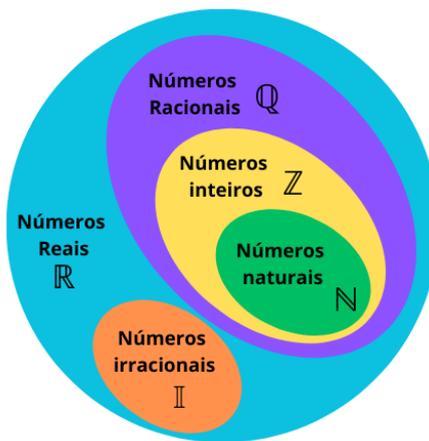
O estudo da morfologia também pode ser importante para o aprendizado de línguas estrangeiras, uma vez que muitas línguas compartilham algumas características morfológicas com o português. Línguas como o espanhol, o francês e o italiano, por exemplo, também possuem flexão nominal e verbal e compartilham muitos prefixos e sufixos com a língua portuguesa.

MATEMÁTICA

CONJUNTO R: OPERAÇÕES E PROBLEMAS

O conjunto dos números reais, representado por \mathbb{R} , é a fusão do conjunto dos números racionais com o conjunto dos números irracionais. Vale ressaltar que o conjunto dos números racionais é a combinação dos conjuntos dos números naturais e inteiros. Podemos afirmar que entre quaisquer dois números reais há uma infinidade de outros números.

$\mathbb{R} = \mathbb{Q} \cup \mathbb{I}$, sendo $\mathbb{Q} \cap \mathbb{I} = \emptyset$ (Se um número real é racional, não irracional, e vice-versa).



Entre os conjuntos números reais, temos:

$\mathbb{R}^* = \{x \in \mathbb{R} \mid x \neq 0\}$: conjunto dos números reais não-nulos.

$\mathbb{R}_+ = \{x \in \mathbb{R} \mid x \geq 0\}$: conjunto dos números reais não-negativos.

$\mathbb{R}_+^* = \{x \in \mathbb{R} \mid x > 0\}$: conjunto dos números reais positivos.

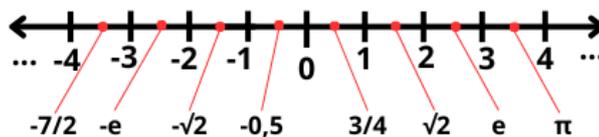
$\mathbb{R}_- = \{x \in \mathbb{R} \mid x \leq 0\}$: conjunto dos números reais não-positivos.

$\mathbb{R}_-^* = \{x \in \mathbb{R} \mid x < 0\}$: conjunto dos números reais negativos.

Valem todas as propriedades anteriormente discutidas nos conjuntos anteriores, incluindo os conceitos de módulo, números opostos e números inversos (quando aplicável).

A representação dos números reais permite estabelecer uma relação de ordem entre eles. Os números reais positivos são maiores que zero, enquanto os negativos são menores. Expressamos a relação de ordem da seguinte maneira: Dados dois números reais, a e b ,

$$a \leq b \leftrightarrow b - a \geq 0$$



Operações com números Reais

Operando com as aproximações, obtemos uma sequência de intervalos fixos que determinam um número real. Assim, vamos abordar as operações de adição, subtração, multiplicação e divisão.

Intervalos reais

O conjunto dos números reais possui subconjuntos chamados intervalos, determinados por meio de desigualdades. Dados os números a e b , com $a < b$, temos os seguintes intervalos:

– Bolinha aberta: representa o intervalo aberto (excluindo o número), utilizando os símbolos:

$$> ; < \text{ ou }] ; [$$

– Bolinha fechada: representa o intervalo fechado (incluindo o número), utilizando os símbolos:

$$\geq ; \leq \text{ ou } [;]$$

Podemos utilizar () no lugar dos [] para indicar as extremidades abertas dos intervalos:

$$[a, b[= (a, b);$$

$$]a, b] = (a, b);$$

$$]a, b[= (a, b).$$

| Representação na reta real | Sentença matemática | Notações simbólicas | |
|---------------------------------------|---|---------------------|----------|
| Intervalo aberto: | $\{x \in \mathbb{R} \mid a < x < b\}$ | $]a, b[$ | (a, b) |
| Intervalo fechado: | $\{x \in \mathbb{R} \mid a \leq x \leq b\}$ | $[a, b]$ | $[a, b]$ |
| Intervalo semi-aberto à direita: | $\{x \in \mathbb{R} \mid a \leq x < b\}$ | $[a, b[$ | $[a, b)$ |
| Intervalo semi-aberto à esquerda: | $\{x \in \mathbb{R} \mid a < x \leq b\}$ | $]a, b]$ | $(a, b]$ |

a) Em algumas situações, é necessário registrar numericamente variações de valores em sentidos opostos, ou seja, maiores ou acima de zero (positivos), como as medidas de temperatura ou valores em débito ou em haver, etc. Esses números, que se estendem indefinidamente tanto para o lado direito (positivos) quanto para o lado esquerdo (negativos), são chamados números relativos.

b) O valor absoluto de um número relativo é o valor numérico desse número sem levar em consideração o sinal.

c) O valor simétrico de um número é o mesmo numeral, diferindo apenas no sinal.

Operações com Números Relativos

Adição e Subtração de Números Relativos

a) Quando os numerais possuem o mesmo sinal, adicione os valores absolutos e conserve o sinal.

b) Se os numerais têm sinais diferentes, subtraia o numeral de menor valor e atribua o sinal do numeral de maior valor.

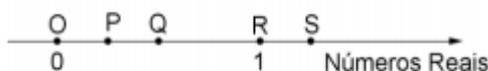
Multiplicação e Divisão de Números Relativos

a) Se dois números relativos têm o mesmo sinal, o produto e o quociente são sempre positivos.

b) Se os números relativos têm sinais diferentes, o produto e o quociente são sempre negativos.

Exemplos:

1. Na figura abaixo, o ponto que melhor representa a diferença $\frac{3}{4} - \frac{1}{2}$ na reta dos números reais é:



- (A) P.
- (B) Q.
- (C) R.
- (D) S.

Solução:

$$\frac{3}{4} - \frac{1}{2} = \frac{3-2}{4} = \frac{1}{4} = 0,25$$

Resposta: A.

2. Considere m um número real menor que 20 e avalie as afirmações I, II e III:

- I- (20 - m) é um número menor que 20.
- II- (20 m) é um número maior que 20.
- III- (20 m) é um número menor que 20.

É correto afirmar que:

- A) I, II e III são verdadeiras.
- B) apenas I e II são verdadeiras.
- C) I, II e III são falsas.
- D) apenas II e III são falsas.

Solução:

- I. Falso, pois m é Real e pode ser negativo.
- II. Falso, pois m é Real e pode ser negativo.
- III. Falso, pois m é Real e pode ser positivo.

Resposta: C.

RAZÕES E PROPORÇÕES. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS

Frequentemente nos deparamos com situações em que é necessário comparar grandezas, medir variações e entender como determinadas quantidades se relacionam entre si. Para isso, utilizamos os conceitos de razão e proporção, que permitem expressar de maneira simples e eficiente essas relações.

RAZÃO

A razão é uma maneira de comparar duas grandezas por meio de uma divisão. Se temos dois números a e b (com b≠0), a razão entre eles é expressa por a/b ou a:b. Este conceito é utilizado para medir a relação entre dois valores em diversas situações, como a comparação entre homens e mulheres em uma sala, a relação entre distâncias percorridas e tempo, entre outros.

Exemplo:

Em uma sala de aula há 20 rapazes e 25 moças. A razão entre o número de rapazes e moças é dada por:

$$\frac{20}{25} = \frac{4}{5}$$

Portanto, a razão é 4:5.

Razões Especiais

Algumas razões são usadas em situações práticas para expressar comparações específicas:

- **Velocidade Média:** A razão entre a distância percorrida e o tempo gasto, representada por:

$$\text{Velocidade Média} = \frac{\text{Distância}}{\text{Tempo}}$$

- **Densidade Demográfica:** A razão entre o número de habitantes e a área de uma região, dada por:

$$\text{Densidade Demográfica} = \frac{\text{População}}{\text{Área (km}^2\text{)}}$$

- **Escalas:** Usada para representar a proporção entre o tamanho real de um objeto e sua representação em um mapa ou desenho, como:

$$\text{Escala} = \frac{\text{Tamanho no mapa}}{\text{Tamanho real}}$$

PROPORÇÃO

Uma proporção é uma igualdade entre duas razões. Se temos duas razões A\B e C\D, dizemos que elas estão em proporção se:

$$\frac{A}{B} = \frac{C}{D}$$

Esse conceito é frequentemente utilizado para resolver problemas em que duas ou mais relações entre grandezas são iguais. A propriedade fundamental das proporções é que o produto dos extremos é igual ao produto dos meios, ou seja:

$$A \times D = B \times C$$

Exemplo:

Suponha que 3/4 esteja em proporção com 6/8. Verificamos se há proporção pelo produto dos extremos e dos meios:

$$3 \times 8 = 4 \times 6$$

Como 24 = 24, a proporção é verdadeira.

Exemplo:

Determine o valor de X para que a razão X/3 esteja em proporção com 4/6. Montando a proporção:

$$\frac{X}{3} = \frac{4}{6}$$

Multiplicando os extremos e os meios:

$$6X = 3 \times 4$$

$$6X = 12$$

$$X = 2$$

Propriedades das Proporções

Além da propriedade fundamental, as proporções possuem outras propriedades que podem facilitar a resolução de problemas. Algumas das mais importantes são:

– **Soma ou diferença dos termos:** A soma (ou diferença) dos dois primeiros termos está para o primeiro (ou segundo) termo assim como a soma (ou diferença) dos dois últimos termos está para o terceiro (ou quarto) termo. Por exemplo:

$$\frac{A + B}{B} = \frac{C + D}{D}$$

– **Soma ou diferença dos antecedentes e consequentes:** A soma (ou diferença) dos antecedentes está para a soma (ou diferença) dos consequentes, assim como cada antecedente está para seu respectivo consequente:

$$\frac{A + C}{B + D} = \frac{A}{B}$$

GRANDEZAS PROPORCIONAIS

Além de compreender razão e proporção, é importante entender como diferentes grandezas se relacionam entre si, conforme o comportamento das variáveis envolvidas.

Grandezas Diretamente Proporcionais

Dois grandezas são diretamente proporcionais quando a razão entre seus valores é constante, ou seja, quando uma grandeza aumenta, a outra também aumenta proporcionalmente. O exemplo clássico é a relação entre distância percorrida e combustível gasto:

| Distância (km) | Combustível (litros) |
|----------------|----------------------|
| 13 | 1 |
| 26 | 2 |
| 39 | 3 |
| 52 | 4 |

Nessa situação, quanto mais distância se percorre, mais combustível é gasto. Se a distância dobra, o combustível também dobra.

Divisão em Partes Diretamente Proporcionais

Quando queremos decompor um número M em partes X_1, X_2, \dots, X_n que sejam diretamente proporcionais a p_1, p_2, \dots, p_n , a regra geral é distribuir M de acordo com as proporções p_1, p_2, \dots, p_n . A fórmula geral para cada parte X_i é:

$$X_i = \frac{p_i}{\sum_{i=1}^n p_i} \times M$$

Exemplo:

Considere que uma empresa precisa distribuir um bônus de R\$1.200,00 entre três funcionários, Ana, Bruno e Carla. Os salários mensais de cada um são R\$2.000,00, R\$3.000,00 e R\$5.000,00, respectivamente. O bônus será distribuído de forma diretamente proporcional aos salários.

Primeiro, somamos os salários:

$$2.000 + 3.000 + 5.000 = 10.000$$

Agora, calculamos as partes correspondentes de cada um:

Parte de Ana:

$$X_1 = \frac{2.000}{10.000} \times 1.200 = 0,2 \times 1.200 = 240$$

Parte de Bruno:

$$X_2 = \frac{3.000}{10.000} \times 1.200 = 0,3 \times 1.200 = 360$$

Parte de Carla:

$$X_3 = \frac{5.000}{10.000} \times 1.200 = 0,5 \times 1.200 = 600$$

Portanto, Ana receberá R\$240,00, Bruno R\$360,00 e Carla R\$600,00.

Grandezas Inversamente Proporcionais

Dois grandezas são inversamente proporcionais quando a razão entre os valores da primeira grandeza é igual ao inverso da razão dos valores correspondentes da segunda. Um exemplo clássico é a relação entre velocidade e tempo:

| Velocidade (m/s) | Tempo (s) |
|------------------|-----------|
| 5 | 200 |
| 8 | 125 |
| 10 | 100 |
| 16 | 62,5 |
| 20 | 50 |

Aqui, quanto maior a velocidade, menor o tempo necessário para percorrer uma distância. Se a velocidade dobra, o tempo cai pela metade.

Divisão em Partes Inversamente Proporcionais

Para decompor um número M em partes X_1, X_2, \dots, X_n inversamente proporcionais a p_1, p_2, \dots, p_n , usamos o inverso das proporções. A ideia é que as partes maiores X_i corresponderão aos menores p_i e vice-versa.

A fórmula para a decomposição inversamente proporcional é:

$$X_i = \frac{\frac{1}{p_i}}{\sum_{i=1}^n \frac{1}{p_i}} \times M$$

CONHECIMENTOS GERAIS

HISTÓRIA, TURISMO E GEOGRAFIA EM NÍVEL MUNICIPAL E NACIONAL; DESENVOLVIMENTO URBANO BRASILEIRO; ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS, EVOLUÇÃO, CULTURA TURISMO E GEOGRAFIA DO MUNICÍPIO E DO PAÍS, SUA SUBDIVISÃO E/OU FRONTEIRAS HISTÓRIA, CULTURA, TURISMO E GEOGRAFIA EM NÍVEL NACIONAL

AS REGIONALIZAÇÕES DO TERRITÓRIO BRASILEIRO¹

A **regionalização** pode ser entendida como a divisão de um território em áreas que apresentam características semelhantes, de acordo com um critério preestabelecido pelo grupo de pessoas responsáveis por tal definição: aspectos naturais, econômicos, políticos e culturais, entre tantos outros.

Portanto, regionalizar significa identificar determinado espaço como uma unidade que o distingue dos demais lugares o seu redor.

A divisão de um território em regiões auxilia no planejamento das atividades do poder público, tanto nas questões sociais quanto econômicas, já que permite conhecer melhor aquela porção territorial.

O governo e as entidades privadas podem executar projetos regionais, considerando o número de habitantes de cada região, as condições de vida de sua população, as áreas com infraestrutura precária de abastecimento de água, esgoto tratado, energia elétrica, entre outros.

Os Critérios de Divisão Regional do Território

O Brasil é um país muito extenso e variado. Cada lugar apresenta suas particularidades e existem muitos contrastes sociais, naturais e econômicos.

Como cada região diferencia-se das demais com base em suas características próprias, a escolha do critério de regionalização é muito importante.

Um dos critérios utilizados para regionalizar o espaço pode ser relacionado a aspectos naturais, como clima, relevo, hidrografia, vegetação, etc.

A regionalização também pode ser feita com base em aspectos sociais, econômicos ou culturais. Cada um apresenta uma série de possibilidades: regiões demográficas, uso do solo e regiões industrializadas, entre outras.

1 FURQUIM Junior, Laercio. *Geografia cidadã*. 1ª edição. São Paulo: Editora AJS, 2015.

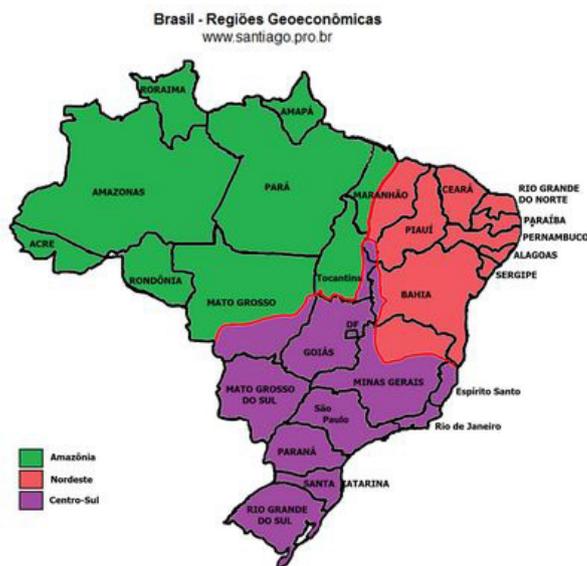
TERRA, Lygia. *Conexões: estudos de geografia geral e do Brasil* – Lygia Terra; Regina Araújo; Raul Borges Guimarães. 2ª edição. São Paulo: Moderna, 2013.

As Regiões Geoeconômicas

A fim de compreender melhor as diferenças econômicas e sociais do território brasileiro, na década de 1960, surgiu uma proposta de regionalização que dividiu o espaço em **regiões geoeconômicas**, criada pelo geógrafo Pedro Geiger.

Nessa regionalização, o critério utilizado foi o nível de desenvolvimento, características semelhantes foram agrupadas dentro da mesma região. De acordo com esse critério, o Brasil está dividido em três grandes regiões: **Amazônia, Nordeste e Centro-Sul**, como pode observar-se no mapa a seguir.

Brasil: regiões geoeconômicas



Elaborado por: Santiago Alves de Siqueira - www.santiago.pro.br

http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/uploads/5/normal_brasilgeoeconomico.jpg

Os limites da **Amazônia** correspondem à área de cobertura original da Floresta Amazônica. Essa região é caracterizada pelo baixo índice de ocupação humana e pelo extrativismo vegetal e mineral.

Nas últimas décadas, a Amazônia vem sofrendo com o desmatamento de boa parte de sua cobertura original para a implantação de atividades agropecuárias, como o cultivo de soja e a criação de gado.

A **região Nordeste** é tradicionalmente caracterizada pela grande desigualdade socioeconômica. Historicamente, essa região é marcada pela presença de uma forte elite composta basicamente por grandes proprietários de terra, que dominam também o cenário político local.

A região Centro-Sul é marcada pela concentração industrial e urbana. Além disso, apresenta elevada concentração populacional e a maior quantidade e diversidade de atividades econômicas.

Essa proposta de divisão possibilita a identificação de desigualdades socioeconômicas e de diferentes graus de desenvolvimento econômico do território nacional.

Seus limites territoriais não coincidem com os dos estados. Assim, partes do mesmo estado que apresentam distintos graus de desenvolvimento podem ser colocadas em regiões diferentes. Porém, esses limites não são imutáveis: caso as atividades econômicas, as quais influenciam as áreas do território, passem por alguma modificação, a configuração geoeconômica também pode mudar.

Outras Propostas de Regionalização

Regionalização do Brasil por Roberto Lobato Corrêa



http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Rita/flg386/2s2016/Regionalizacoes_do_Brasil.pdf

Outro geógrafo, chamado Roberto Lobato Corrêa, também fez uma proposta de regionalização que dividia o território em três: Amazônia, Centro-Sul e Nordeste.

No entanto, em sua proposta ele respeitava os limites territoriais dos estados, diferentemente da proposta das regiões geoeconômicas que acabamos de observar acima.

Regionalização do Brasil por Milton Santos



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1551&evento=5>

Os geógrafos Milton Santos e Maria Laura Silveira propuseram outra regionalização para o Brasil, que divide o território em quatro regiões: Amazônia, Nordeste, Centro-Oeste e Concentrada.

Essa divisão foi feita com base no grau de desenvolvimento científico, técnico e informacional de cada lugar e sua influência na desigualdade territorial do país.

A região Concentrada apresenta os níveis mais altos de concentração de técnicas, meios de comunicação e população, além de altos índices produtivos.

Já a região Centro-Oeste caracteriza-se pela agricultura moderna, com elevado consumo de insumos químicos e utilização de tecnologia agrícola de ponta.

A região Nordeste apresenta uma área de povoamento antigo, agricultura com baixos níveis de mecanização e núcleos urbanos menos desenvolvidos do que no restante do país. Por fim, a Amazônia, que foi a última região a ampliar suas vias de comunicação e acesso, possui algumas áreas de agricultura moderna.

As Regiões do Brasil ao Longo do Tempo

Os estudos da Divisão Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) tiveram início em 1941. O objetivo principal deste trabalho foi o de sistematizar as várias divisões regionais que vinham sendo propostas, de forma que fosse organizada uma única divisão regional do Brasil para a divulgação das estatísticas brasileiras.

A proposta de regionalização de 1940 apresentava o território dividido em cinco grandes regiões: Norte, Nordeste, Este (Leste), Sul e Centro. Essa divisão era baseada em critérios tanto físicos como socioeconômicos.

Regionalização do Brasil → década de 1940



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1557&evento=5>

IBGE e a Proposta de Regionalização

O IBGE surgiu em 1934 com a função de auxiliar o planejamento territorial e a integração nacional do país. Conseqüentemente, a proposta de regionalização criada pelo IBGE baseava-se na assistência à elaboração de políticas públicas e na tomada de decisões no que se refere ao planejamento territorial, por meio do estudo das estruturas espaciais presentes no território brasileiro. Observe a regionalização do IBGE de 1940 no mapa acima.

Regionalização do Brasil → década de 1950



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1558&evento=5>

Na década de 1950, uma nova regionalização foi proposta, a qual levava em consideração as mudanças no território brasileiro durante aqueles anos.

Foram criados os territórios federais de Fernando de Noronha, Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguaçu – esses dois últimos posteriormente extintos.

Note também que a denominação das regiões foi alterada e que alguns estados, como Minas Gerais, mudaram de região.

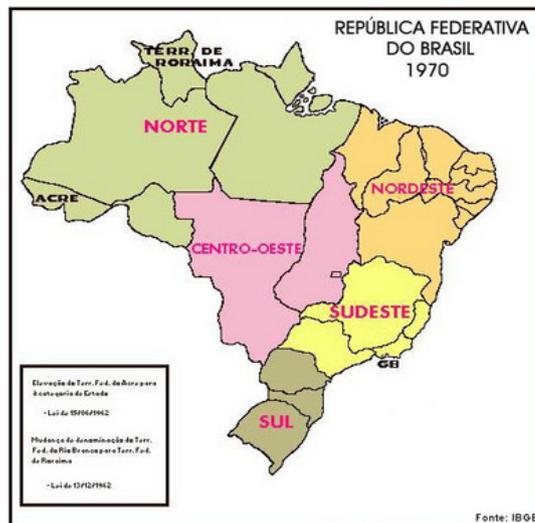
Regionalização do Brasil → década de 1960



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1560&evento=5>

Na década de 1960, houve a inauguração da nova capital federal, Brasília. Além disso, o Território de Guaporé passou a se chamar Território de Rondônia e foi criado o estado da Guanabara. Observe o mapa a seguir.

Regionalização do Brasil → década de 1970



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1561&evento=5>

Na década de 1970, o Brasil ganha o desenho regional atual. É criada a região Sudeste, que abriga os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

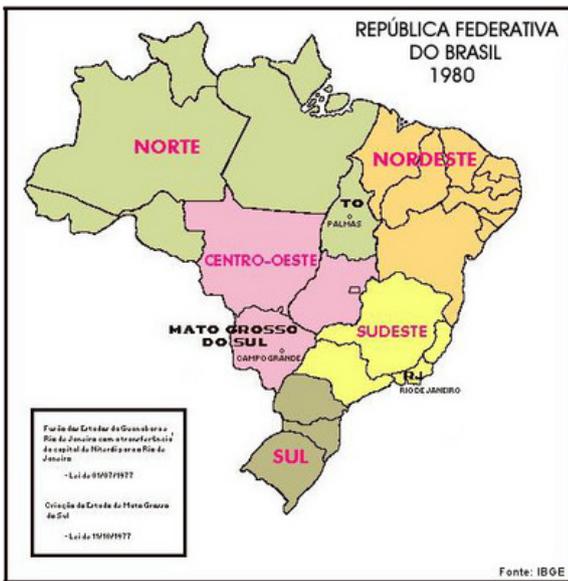
O Acre é elevado à categoria de estado e o Território Federal do Rio Branco recebe o nome de Território Federal de Roraima.

A regionalização da década de 1980 mantém os mesmos limites regionais. No entanto, ocorre a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro e a criação do estado do Mato Grosso do Sul.

A mudança nas regionalizações ao longo dos anos é fruto do processo de transformação espacial como resultado das ações do ser humano na natureza.

Assim, reflete a organização da produção em função do desenvolvimento industrial.

Regionalização do Brasil → década de 1980



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detailhe.php?foto=1562&evento=5>

A Regionalização Oficial do Brasil Atual

A regionalização oficial do Brasil é a de 1990 e apresenta as modificações instituídas com a criação da Constituição de 1988.

Os territórios de Roraima e Amapá são elevados à categoria de estado (o território de Rondônia já havia sofrido essa mudança em 1981); é criado o estado de Tocantins; e é extinto o Território Federal de Fernando de Noronha, que passa a ser incorporado ao estado de Pernambuco.

Regionalização oficial do Brasil atual



<http://alunosonline.uol.com.br/geografia/regionalizacao-brasil.html>

É importante refletir sobre a regionalização atual proposta pelo IBGE, já que ela não apresenta uma solução definitiva para a compreensão dos fenômenos do território brasileiro.

A produção do espaço é um processo complexo, resultado da interação de diferentes fatores e não pode ser encaixada dentro de uma categoria única e específica.

A atual divisão regional obedece aos limites dos estados brasileiros, mas não necessariamente aos limites naturais e humanos das paisagens, os quais, muitas vezes, não são tão evidentes.

É o caso, por exemplo, do Maranhão. Grande parte de seu território apresenta características naturais comuns à região Norte, principalmente devido à presença da Floresta Amazônica. Além disso, o estado apresenta fortes marcas culturais que também remetem ao Norte, como a tradicional festa do Boi-Bumbá.

No entanto, segundo a regionalização oficial, o Maranhão faz parte da região Nordeste.

Região e Planejamento

A divisão do território brasileiro em regiões definidas pelo IBGE teve como objetivo facilitar a implantação de políticas públicas que estimulassem o desenvolvimento de cada região.

Um dos aspectos marcantes do espaço geográfico brasileiro é a disparidade regional. Isso significa que as diferentes regiões possuem níveis distintos de desenvolvimento. Uma das principais causas dessa disparidade é a concentração da industrialização no Centro-Sul do país.

Para promover o desenvolvimento de regiões consideradas socioeconomicamente estagnadas, o governo brasileiro empreendeu um programa federal baseado na criação de instituições locais fincadas nesse objetivo, como é o caso da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Agente De Apoio Educacional

AS POLÍTICAS NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A educação infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem sido objeto de diversas regulamentações no Brasil, garantindo que as crianças tenham acesso a um ensino de qualidade desde os primeiros anos de vida. A construção do arcabouço legal dessa etapa se consolidou ao longo das décadas, com normas que asseguram direitos, estabelecem deveres do Estado e orientam a implementação de políticas públicas.

► Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988 representa o marco fundamental para a educação infantil no Brasil. Com a promulgação dessa Carta Magna, a educação passou a ser reconhecida como um direito social e um dever do Estado.

O artigo 205 estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. No que se refere especificamente à educação infantil, o artigo 208, inciso IV determina que é dever do Estado garantir a educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 anos de idade.

Além disso, o artigo 211 define que os municípios são os principais responsáveis pela oferta da educação infantil, enquanto estados e União devem atuar de maneira colaborativa para o financiamento e a estruturação dessa etapa do ensino.

Com a Emenda Constitucional nº 59/2009, houve uma alteração relevante: a obrigatoriedade da educação básica foi ampliada para crianças a partir dos 4 anos de idade, tornando a matrícula na pré-escola compulsória.

► Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) reforça os direitos educacionais das crianças e estabelece diretrizes para sua proteção integral.

No artigo 53, o ECA assegura à criança o direito à educação, visando ao desenvolvimento integral, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Além disso, o artigo 54, inciso IV, reforça o dever do poder público de garantir atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 5 anos de idade.

Outro ponto relevante é o artigo 4º, que estabelece a prioridade absoluta na formulação e execução de políticas públicas voltadas ao público infantil. Isso significa que a educação infantil deve ser um dos principais focos das ações governamentais.

O ECA também prevê mecanismos de responsabilização caso o Estado não cumpra suas obrigações, garantindo que o direito à educação infantil seja efetivamente assegurado.

► Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é o principal instrumento normativo que regulamenta o funcionamento do sistema educacional brasileiro.

A educação infantil é definida pela LDB como a primeira etapa da Educação Básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Entre os principais dispositivos dessa lei, destacam-se:

▪ **Artigo 29:** Define a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, destinada ao desenvolvimento integral da criança até 5 anos de idade.

▪ **Artigo 30:** Estabelece que a educação infantil será oferecida em creches (0 a 3 anos) e pré-escolas (4 e 5 anos).

▪ **Artigo 31:** Determina que a avaliação na educação infantil deve ser feita de forma qualitativa, sem retenção ou reprovação, considerando o desenvolvimento da criança ao longo do processo de aprendizagem.

Além disso, a LDB enfatiza que a oferta da educação infantil deve ser gratuita e de responsabilidade dos municípios, com apoio técnico e financeiro dos estados e da União.

► Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005/2014

O Plano Nacional de Educação (PNE) é um documento estratégico que define metas para a educação brasileira ao longo de um período de 10 anos. A Lei nº 13.005/2014 estabelece diretrizes específicas para a educação infantil, com destaque para a Meta 1, que prevê:

▪ Universalizar a pré-escola para crianças de 4 e 5 anos até 2016 (meta já estabelecida como obrigatória pela Constituição).

▪ Ampliar a oferta de creches para atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até 2024.

Para alcançar essas metas, o PNE propõe estratégias como o fortalecimento do financiamento da educação infantil, a ampliação da infraestrutura e a valorização dos profissionais da área.

Entretanto, desafios persistem, como a dificuldade de expandir a oferta de creches e garantir a qualidade do ensino infantil, especialmente em regiões mais vulneráveis.

► **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**

Outro documento fundamental para a educação infantil é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017. A BNCC estabelece diretrizes pedagógicas para todas as etapas da Educação Básica, incluindo a educação infantil.

Na educação infantil, a BNCC define cinco campos de experiência, que orientam as práticas pedagógicas e garantem uma abordagem lúdica e significativa ao ensino:

- **O eu, o outro e o nós:** Desenvolvimento da identidade e das relações sociais.
- **Corpo, gestos e movimentos:** Exploração do mundo por meio do corpo e do movimento.
- **Traços, sons, cores e formas:** Expressão artística e criatividade.
- **Escuta, fala, pensamento e imaginação:** Estímulo à oralidade e ao pensamento crítico.
- **Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações:** Introdução ao pensamento matemático e científico.

A BNCC fortalece a ideia de que a educação infantil deve ser pautada no cuidado e na educação de forma integrada, garantindo experiências de aprendizagem ricas e diversificadas.

Os marcos legais da educação infantil no Brasil foram sendo construídos ao longo das últimas décadas e representam avanços significativos na garantia do direito à educação na primeira infância. A Constituição Federal, o ECA, a LDB, o PNE e a BNCC formam um conjunto normativo que estabelece diretrizes claras para a oferta dessa etapa de ensino.

Apesar dos avanços, ainda há desafios a serem superados, como a ampliação do acesso a creches, a melhoria da qualidade do ensino e a valorização dos profissionais da educação infantil. O cumprimento das metas estabelecidas depende do compromisso dos governos em todos os níveis e do envolvimento da sociedade na defesa de uma educação infantil inclusiva e de qualidade.

A consolidação dessas políticas é essencial para garantir que todas as crianças tenham acesso a um ambiente educativo que favoreça seu desenvolvimento integral, contribuindo para um futuro mais igualitário e promissor.

DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) são um conjunto de normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) que orientam o planejamento, a organização e a execução do ensino na primeira infância. Essas diretrizes garantem que a educação infantil cumpra sua função de promover o desenvolvimento integral da criança, respeitando suas características e necessidades.

Aprovadas pela Resolução CNE/CEB nº 5/2009, as DCNEI definem princípios fundamentais, diretrizes pedagógicas e aspectos institucionais que devem ser seguidos pelas escolas e redes de ensino. Com a posterior implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), esses princípios foram reforçados e detalhados.

► **Princípios Fundamentais das Diretrizes Curriculares**

As DCNEI são baseadas em princípios que garantem que a educação infantil cumpra seu papel na formação da criança. Esses princípios incluem:

- **Princípio da Dignidade Humana e da Igualdade:** Todas as crianças devem ser respeitadas em sua individualidade, independentemente de origem, etnia, gênero ou condição social.
- **Princípio do Direito à Educação e ao Brincar:** O brincar é reconhecido como um direito fundamental, sendo considerado a principal atividade pedagógica na educação infantil.
- **Princípio do Desenvolvimento Integral:** A educação infantil deve garantir o desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social das crianças.
- **Princípio da Interação e da Socialização:** As experiências educativas devem proporcionar interações ricas e diversificadas, promovendo a socialização e a construção do conhecimento.
- **Princípio da Inclusão e da Diversidade:** A educação infantil deve ser inclusiva, atendendo crianças com deficiência e respeitando a diversidade cultural e social.

Esses princípios orientam todas as práticas pedagógicas e organizacionais das instituições de educação infantil, garantindo um ensino voltado para a formação integral da criança.

► **Objetivos da Educação Infantil Segundo as Diretrizes**

As Diretrizes Curriculares estabelecem que a educação infantil deve ter como principal objetivo o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos de idade. Para isso, as instituições de ensino devem garantir:

- O bem-estar físico e emocional da criança, respeitando suas necessidades e ritmos individuais.
- O desenvolvimento das habilidades cognitivas, motoras, afetivas e sociais de forma integrada.
- A exploração do ambiente e das relações sociais, permitindo que a criança compreenda e interaja com o mundo ao seu redor.
- A valorização da linguagem, da cultura e das manifestações artísticas como formas de expressão e comunicação.
- A preparação para a continuidade da vida escolar, garantindo uma transição tranquila para o Ensino Fundamental.

Diferentemente das outras etapas da Educação Básica, a educação infantil não deve ter caráter escolarizante, ou seja, não deve antecipar conteúdos formais do Ensino Fundamental. O foco deve estar na experiência e na vivência das crianças em um ambiente de aprendizado lúdico e significativo.

► **Organização Curricular da Educação Infantil**

A organização curricular da educação infantil é baseada nos eixos estruturantes da prática pedagógica, que devem guiar todas as atividades desenvolvidas pelas instituições de ensino:

Eixo da Interação:

A aprendizagem na educação infantil ocorre por meio da interação da criança com outras crianças, adultos e o meio ambiente. Essas interações devem ser promovidas de forma espontânea e planejada, respeitando a curiosidade e os interesses infantis.

Eixo do Brincar:

O brincar é reconhecido como uma atividade central no desenvolvimento infantil, sendo essencial para o aprendizado e para a formação das crianças. As atividades lúdicas devem ser planejadas para estimular a criatividade, a socialização e a construção do conhecimento.

Campos de Experiência da BNCC:

Com a implementação da BNCC, a organização curricular passou a ser estruturada em cinco campos de experiência, que orientam a prática pedagógica e garantem a aprendizagem significativa:

- **O eu, o outro e o nós:** Desenvolvimento da identidade, autonomia e relações sociais.
- **Corpo, gestos e movimentos:** Exploração do mundo através do corpo e da expressão motora.
- **Traços, sons, cores e formas:** Estímulo à criatividade por meio da arte e da imaginação.
- **Escuta, fala, pensamento e imaginação:** Desenvolvimento da linguagem oral e da comunicação.
- **Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações:** Primeiros contatos com noções matemáticas e científicas.

A organização curricular baseada nesses eixos garante que a aprendizagem ocorra de forma natural e respeitosa, sem antecipar conteúdos escolares do Ensino Fundamental.

► **Diretrizes Pedagógicas para a Educação Infantil**

As Diretrizes Curriculares estabelecem algumas orientações fundamentais para a prática pedagógica na educação infantil:

- **Avaliação Formativa e Qualitativa:** A avaliação deve ser contínua e baseada na observação do desenvolvimento da criança. Não são permitidas avaliações quantitativas ou reprovação nessa etapa.
- **Planejamento Flexível e Contextualizado:** O planejamento deve respeitar os interesses das crianças e a realidade local da instituição de ensino.
- **Ambiente Acolhedor e Estimulante:** O espaço escolar deve ser seguro, confortável e favorecer as interações e descobertas.
- **Participação das Famílias:** A parceria entre escola e família é essencial para o desenvolvimento infantil, devendo ser incentivada por meio de reuniões, atividades coletivas e comunicação constante.
- **Inclusão de Crianças com Deficiência:** As instituições devem garantir atendimento educacional especializado e acessibilidade para crianças com deficiência.

Essas diretrizes garantem que a educação infantil seja um espaço de aprendizado significativo, respeitoso e adequado ao desenvolvimento das crianças.

As Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil desempenham um papel fundamental na estruturação dessa etapa da Educação Básica, garantindo que o ensino seja voltado para o desenvolvimento integral da criança e respeite suas características e necessidades.

Com base nos princípios de interação e brincadeira, as diretrizes orientam as práticas pedagógicas para que sejam significativas e coerentes com o desenvolvimento infantil. Além

disso, a inclusão dos campos de experiência na BNCC fortalece a ideia de que o aprendizado deve ocorrer de forma lúdica, respeitando o ritmo e os interesses das crianças.

Apesar dos avanços na regulamentação da educação infantil, desafios ainda existem, como a necessidade de qualificação dos profissionais, a ampliação do acesso a creches e a garantia da qualidade do ensino. A implementação efetiva das Diretrizes Curriculares depende do compromisso das redes de ensino e da valorização dessa etapa essencial da educação.

Fortalecer a educação infantil significa investir no futuro das crianças e na construção de uma sociedade mais igualitária e desenvolvida.

ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

A implementação das políticas de educação infantil no Brasil envolve uma série de estratégias que visam garantir o acesso, a qualidade e a permanência das crianças na creche e na pré-escola.

Essas estratégias são elaboradas pelo governo federal, estados e municípios, e estão alinhadas aos marcos legais e normativos da educação infantil, como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI).

► **Ampliação da Oferta de Vagas na Educação Infantil**

Uma das principais estratégias para a implementação das políticas de educação infantil é a ampliação da oferta de vagas, especialmente em creches. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece como meta a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta de creches para atender pelo menos 50% das crianças de até 3 anos.

Para atingir essa meta, algumas ações foram implementadas:

- **Programa Proinfância:** Criado pelo governo federal, esse programa financia a construção e reforma de creches e pré-escolas em todo o país, garantindo infraestrutura adequada para o atendimento infantil.
- **Parcerias Público-Privadas:** Muitos municípios firmam convênios com instituições privadas e do terceiro setor para ampliar a oferta de vagas, garantindo o atendimento de mais crianças.
- **Expansão de unidades escolares:** Estados e municípios investem na construção de novas unidades escolares e na adaptação de espaços já existentes para atender à demanda crescente por educação infantil.

Apesar dos avanços, a falta de vagas em creches ainda é um dos principais desafios da educação infantil no Brasil, especialmente em áreas urbanas de alta vulnerabilidade social.

► **Financiamento da Educação Infantil**

A implementação das políticas de educação infantil depende de um financiamento adequado para garantir infraestrutura, formação de profissionais e qualidade no atendimento. Os principais mecanismos de financiamento da educação infantil incluem:

▪ **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb):** Principal fonte de financiamento da educação básica no Brasil, o Fundeb destina recursos específicos para a educação infantil, auxiliando municípios na oferta de creches e pré-escolas.

▪ **Transferências do Governo Federal:** O Ministério da Educação (MEC) repassa verbas para os estados e municípios por meio de programas como o Proinfância e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que financia a merenda escolar nas creches e pré-escolas públicas.

▪ **Recursos Municipais e Estaduais:** Além dos repasses federais, estados e municípios também investem recursos próprios na manutenção e ampliação da educação infantil.

Embora o financiamento tenha sido ampliado nos últimos anos, muitos municípios ainda enfrentam dificuldades para manter e expandir as unidades de educação infantil, especialmente devido aos altos custos de manutenção de creches.

► **Formação e Valorização dos Profissionais da Educação Infantil**

A qualidade da educação infantil está diretamente ligada à formação e valorização dos profissionais que atuam nessa etapa. Para garantir um ensino de qualidade, diversas estratégias são adotadas para a capacitação dos educadores:

▪ **Cursos de Formação Inicial:** A LDB exige que os professores da educação infantil tenham, no mínimo, formação em nível médio, na modalidade Normal. No entanto, a valorização da formação superior tem sido incentivada, com muitos municípios exigindo licenciatura em Pedagogia para atuação na área.

▪ **Formação Continuada:** Programas de capacitação contínua são oferecidos por universidades, secretarias de educação e pelo Ministério da Educação (MEC) para garantir que os professores estejam atualizados e preparados para trabalhar com as diretrizes da BNCC e as especificidades da educação infantil.

▪ **Melhoria das Condições de Trabalho:** Além da formação, a valorização profissional inclui políticas de melhoria salarial, redução da carga horária para atividades de planejamento e oferta de boas condições de trabalho.

Ainda assim, há desafios na valorização dos profissionais da educação infantil, como os baixos salários e a alta rotatividade de docentes, que podem comprometer a continuidade do trabalho pedagógico com as crianças.

► **Monitoramento e Avaliação da Qualidade na Educação Infantil**

A qualidade da educação infantil deve ser monitorada constantemente para garantir que os serviços oferecidos atendam às necessidades das crianças. Para isso, são utilizadas diversas ferramentas de acompanhamento e avaliação:

▪ **Censo Escolar:** Realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Censo Escolar coleta dados sobre o número de matrículas, infraestrutura das escolas e formação dos professores.

▪ **Indicadores de Qualidade na Educação Infantil:** São ferramentas desenvolvidas para avaliar aspectos como infraestrutura, materiais pedagógicos, práticas docentes e participação das famílias.

▪ **Sistemas Municipais e Estaduais de Avaliação:** Algumas redes de ensino criam seus próprios mecanismos de avaliação para acompanhar o desenvolvimento das crianças e a qualidade do atendimento.

Diferente das demais etapas da educação básica, a avaliação na educação infantil não pode ser realizada por meio de provas ou exames padronizados, devendo ser feita de forma qualitativa, por meio da observação do desenvolvimento infantil.

► **Participação da Família e da Comunidade**

A educação infantil não pode ser responsabilidade apenas das instituições de ensino; a participação da família e da comunidade é fundamental para garantir um desenvolvimento integral das crianças. Algumas estratégias são adotadas para fortalecer essa relação:

▪ **Reuniões e encontros pedagógicos:** As escolas devem promover reuniões periódicas com as famílias para discutir o desenvolvimento das crianças e as práticas pedagógicas adotadas.

▪ **Projetos comunitários:** A integração da escola com a comunidade por meio de eventos culturais, oficinas e atividades conjuntas fortalece o vínculo entre a instituição e as famílias.

▪ **Canais de comunicação:** Utilização de aplicativos, redes sociais e plataformas digitais para manter um diálogo constante entre escola e família, garantindo a participação ativa dos responsáveis no processo educativo.

A parceria entre família e escola contribui para um ambiente educacional mais acolhedor e eficaz, reforçando o aprendizado e o bem-estar das crianças.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A educação infantil no Brasil avançou significativamente nas últimas décadas, especialmente com a ampliação do acesso e o fortalecimento de políticas públicas voltadas à primeira infância. No entanto, ainda há desafios estruturais, financeiros e pedagógicos que dificultam a garantia de uma educação infantil de qualidade para todas as crianças.

Diante desse cenário, é fundamental compreender quais são os principais obstáculos enfrentados e quais as perspectivas para o futuro dessa etapa da educação básica. Neste texto, discutiremos os desafios relacionados ao acesso, à qualidade do ensino, ao financiamento, à valorização dos profissionais e à participação da família na educação infantil, além das perspectivas para superar essas dificuldades.

► **Desafios na Ampliação do Acesso à Educação Infantil**

O acesso à educação infantil, especialmente à creche (0 a 3 anos), ainda é um grande desafio no Brasil. Apesar da obrigatoriedade da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos, estabelecida pela Emenda Constitucional nº 59/2009, a oferta de creches ainda não atende a demanda da população.

Os principais obstáculos nesse aspecto incluem:

▪ **Déficit de vagas em creches:** A meta do Plano Nacional de Educação (PNE) de atender 50% das crianças de até 3 anos até 2024 ainda não foi atingida. Muitas famílias, especialmente de baixa renda, não conseguem acesso a creches públicas ou conveniadas.